

# Um olhar sobre as diferenças de gênero nas relações do uso do tempo e no trabalho

**Alexandre Marini**

Graduando em  
Ciências Sociais pela  
Universidade Federal de  
Minas Gerais - UFMG.  
alexandremarini@gmail.com

**Palavras-chave:**

Diferenças de gênero;  
Trabalho; Uso do tempo;  
Educação.

**Keywords:**

Gender differences;  
Work; Use of time;  
Education.

**RESUMO:** A dominação e opressão da mulher pelo homem ocorrem de diversas formas, como na própria negação da sua sexualidade, sua exploração pelo trabalho doméstico não remunerado, o controle através dos filhos, nas privações e confinamentos físicos, no uso da mulher como objeto, na restrição da criatividade feminina dada às limitações de acesso a elas impostas, seja no trabalho, na educação e à participação social, como também na privação ao conhecimento e das suas mais inimagináveis e diversas realizações.

Essa manutenção do poder masculino tem sua base na desigualdade e na idealização social de posse e propriedade, estando presente no dia a dia, sendo desenvolvida e reforçada a todo momento e tão naturalizada na sociedade que muitas vezes nem as próprias mulheres são capazes de percebê-la, exercendo controle até na consciência feminina. E se tal dominação exerce influência em diversos aspectos da vida das mulheres, não seria diferente com relação à divisão do trabalho e do tempo, seja no âmbito profissional ou no doméstico.

Este artigo versa, a partir de dados da realidade das mulheres portuguesas e brasileiras, como essa divisão se apresenta, mesmo com suas diferenças estruturais.

**ABSTRACT:** The domination and oppression of women by men occur in disparate forms, as the denial of women's sexuality, their exploitation by unpaid domestic work, control of women by their children, deprivations and physical constraints. By the use of women as objects, the restriction of female creativity given the limitations impose for them, whether at work, in education or social participation, as well as the deprivation of knowledge and their many and unimaginable achievements.

This morbid maintenance of male power has its basis on inequality and social idealization of possession and ownership, being constant in everyday life, being developed and reinforced the whole time. It is so naturalized in society that often women themselves are not able to realize it, exerting control even in the female consciousness. And if such dominance influences in various shades of life of women, would be no different with division of work and time, whether at the professional level as domestic.

This article seeks to analyze, from data of the reality of Portuguese and Brazilian women, how this division works, even with an their structural differences.

## A diferenciação de gênero e sua reprodução

Para entender como a diferenciação de gênero e sua reprodução social ocorrem, é importante recuarmos às formas diferenciadas

que balizam a educação entre as crianças do sexo masculino e do sexo feminino. Não é difícil percebê-las, mas convém lembrar algumas delas, como a evidente divisão entre os sexos desde a escolha do nome, estabelecendo a partir daí um sistema classificatório forçado,

não natural e capaz de traçar uma linha que determinará uma série de opções pré-estabelecidas durante a vida das pessoas. O vestuário também atua como forma de rotulação de gêneros desde a mais tenra idade, diferenciando nitidamente os sexos. O que parece ser mero fato sem importância, a roupa limita a mulher das mais diversas formas impondo comportamento e restrições, como no caso do uso das saias ou, num outro exemplo interessante, nas roupas esportivas oferecidas às crianças em idade escolar, as quais, historicamente, só se mostram adequadas ao sexo masculino, retirando das meninas a possibilidade de um desenvolvimento físico do próprio corpo que será cobrado, mais futuramente, no mercado de trabalho (BOURDIEU, 1988).

No entanto, a diferenciação sexual da mulher mais relacionada com a divisão sexual do trabalho se dará, de maneira mais proeminente, na diferenciação de ferramentas educativas como brinquedos, jogos e histórias infantis. Sara Delamont, em seu livro "*Sex roles and the school*" (1980), fez uma análise dos catálogos especializados em brinquedos educativos e constatou que estes são não só notoriamente marcados pela classe social (classe operária/classe média) como também oferecem uma gama muito mais limitada de possibilidades às meninas do que a oferecida aos meninos.

Segundo conclusão da própria pesquisadora, "as funções oferecidas às meninas são essencialmente passivas, centradas no lar, não científicas, não técnicas e boazinhas". Em um dos catálogos analisados por Delamont, foram oferecidas 24 funções aos rapazes e apenas 8 às meninas. Tal estudo leva à constatação que a estrutura do mercado de trabalho se vê espelhada no desenvolvimento, fabricação, venda e catalogação dos brinquedos e jogos infantis, perpetuando um círculo vicioso que retira da mulher inúmeras possibilidades e, ao mesmo tempo, privilegia o futuro homem adulto. Cabe salientar que essa educação e diferenciação são impositivas socialmente e, conseqüentemente, também resritivas ao homem, pois são também retiradas dos meninos algumas funções notadamente

femininas, embora em escala muito menor.

Não obstante à sua importante função educativa e preparatória para a vida adulta, a escola segrega os gêneros de diversas maneiras, reproduzindo e naturalizando diferenças que não só oprimem a mulher, como a discrimina. Segundo Carol Dyhouse (1977) as disciplinas domésticas estiveram presentes na instrução primária das meninas desde há muito tempo exercendo uma força de atração sobre elas, ao mesmo tempo que as impele e exclui futuramente do mercado de trabalho remunerado, servindo como um currículo de segregação de aptidões entre os sexos.

Somado a isto, temos um mundo historicamente organizado que opera sob uma perspectiva essencialista na qual o feminino está associado à tarefa de cuidar dos outros, colocando as mulheres na subalternidade mascarada por um véu de superioridade moral, deixando a cargo dos homens o trabalho nomeadamente árduo (remunerado) e as decisões mais valorizadas dentro da sociedade, incluindo-as dentro de um arcabouço de desigualdades de direitos, deveres, expectativas e oportunidades, conseqüentes dos principais elementos definidores da sociedade contemporânea, o capitalismo e o contrato de trabalho, além do patriarcado e o contrato de casamento, os quais submetem à mulher peso desproporcional, limitando de forma extraordinária as possibilidades femininas (PERISTA, 2002).

O desfavorecimento da mulher no mercado de trabalho dá-se através de salários inferiores, empregos temporários ou que ocupem apenas tempo parcial do dia. Tais desfavorecimentos estão associados ao acúmulo da execução do trabalho pago somado ao doméstico (não pago).

Essa mão de obra barata e flexível atua de maneira estratégica, ao servir como um exército reserva de mão de obra do modelo econômico vigente. Neste sentido, a economia tem papel fundamental, segregando as mulheres e imputando-as posições inferiores no ambiente de trabalho. Numa sociedade patriarcal e capitalista, os homens acabam também por serem, majoritariamente, os empre-

gadores, que operam e se utilizam da lógica da busca do lucro através de menores salários. Para a mulher, a conseqüente diminuição salarial ajuda perpetuar uma estrutura que a mantém dependente do homem, o que nos leva à discussão da divisão do homem e da mulher quanto ao trabalho não pago.

O trabalho não remunerado é desvalorizado, inclusive socialmente, não sendo reconhecido como trabalho de fato. Quadros legais e estatísticos evidenciam isso, ao conceituarem como "trabalho" aquilo que é executado de forma remunerada, estabelecendo a condição de "inativos" ou "dependentes" às pessoas que não recebem valores monetários.

No entanto, o trabalho doméstico produz valores de uso dentro lar (como o consumo da família) e possui papel importantíssimo na reprodução da força de trabalho, ou seja, a exploração do trabalho doméstico feminino como efeito da exploração capitalista, que atribui às mulheres uma responsabilidade indireta pela mais-valia, devendo produzir e reproduzir a força de trabalho necessária para seu funcionamento, sem propiciar a elas qualquer retorno financeiro ou social.

### A opressão

A dominação masculina, segundo Pierre Bourdieu (1999), estabelece tal dominação a partir das trocas simbólicas, ou seja, prática que se dá pelas representações sociais engendradas com estabelecimento do masculino como norma, em detrimento do feminino. A violência simbólica, conceito caro a Bourdieu, está presente desde a diferenciação sexual através do nome das crianças, perpetuando-se pela educação escolar, organização familiar, instrução religiosa, culminando numa discrepância de gênero no uso do abstrato (tempo) e no real (trabalho), tornando também imaterial parte deste último, através da não-remuneração econômica e não prestígio social da importância da força laboral feminina. E Bourdieu, citando Max Weber sobre a domesticação dos dominados, impinge tratar-se de um ferramental complexo, ampla e historicamente utilizado, reproduzido repetida-

mente até sua naturalização social.

Conforme salienta Heloísa Perista (2007), a opressão das mulheres é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas por elas propiciam inúmeras vantagens aos homens, fornecendo privilégios não só materiais, como culturais e simbólicos. Essa dominação ocorre individualmente e coletivamente sobre a mulher, tanto na esfera privada como na esfera pública. Tal construção está presente na pseudonatureza superior dos homens, evidenciado através do sexismo e das rígidas fronteiras entre os gêneros masculino e feminino, como também na visão heterossexual que considera como "normal" e "natural" tais relações de poder entre homens e mulheres, excluindo, inclusive, qualquer outra forma de relação com a sexualidade, em que a prática homossexual, bissexual e a transsexual são entendidas como "diferentes" (RICH, 1980).

Não obstante, foi historicamente e legalmente conferido ao homem o direito de controlar e exercer poder sobre o ser feminino. Encontramos exemplos a esse respeito na literatura grega que já à época definia o papel de submissão da mulher, na lei romana que justificava o homicídio conjugal, ou na lei do dedão na Inglaterra, que permitia ao marido açoitar sua esposa desde que o chicote não ultrapassasse a espessura de seu polegar (DIAS, 2007). A sociedade baseada em gênero que possibilita ao homem o poder sobre a mulher encontra, na violência física, sua forma poderosa de subjugação.

Trata-se, portanto, de um problema social, enraizado no conceito de família patriarcal. A mulher é oprimida desde sua infância, a partir de sua educação e, posteriormente, pelo marido e pela ordem moral que a força a permanecer no silêncio. Sendo assim, a instituição familiar atua poderosamente na perpetuação dessa dominação à medida em que exclui a mulher do convívio social. A subalternidade da mulher foi, e ainda é determinante para que sua sexualidade seja ignorada.

A centralidade da sexualidade a partir do desempenho masculino legou às mulheres para um papel proeminentemente passivo. Somente há pouco tempo, a partir do pen-

samento feminista, a sexualidade foi aventada como um construto a partir de contextos relacionais, sociais e culturais múltiplos. De acordo com Adrienne Rich (1980), os comportamentos sexuais mais intensamente exigidos das mulheres seguiram modelos quase universais: o das mães, como mito da inocência e pureza feminina, sua decência e falta de desejos, ou o das prostitutas, carregadas de desejos e com a subsequente alienação do seu corpo ao homem. Essa visão, perpetuada através de gerações, focaliza o comportamento sexual do ponto de vista da penetração ou, mais claramente, na não existência da sexualidade sem pênis. Exemplo disso encontra-se no fato de que, mesmo atualmente, as mulheres são consideradas virgens caso não tenham sido penetradas.

Há, portanto, uma clara falta de abordagem na educação sexual que inclua uma linguagem da sexualidade das mulheres e entre mulheres, como o conhecimento do próprio corpo, das relações sexuais, direitos reprodutivos, violência e abuso sexual, importantes para a abolição da "passividade feminina" e dos estereótipos de gênero.

Essa visão possui também, claramente, peso e influência na educação masculina, na ideia de que para ser um verdadeiro homem é preciso que sejam combatidos os aspectos que podem ser associados à mulher, vista e entendida como o homem invertido. Saber ser homem demanda sacrifícios que são meritocraticamente perenes de direitos no futuro. Tal educação é transmitida e assimilada por associação e repetição permanente entre gerações, numa espécie de mimetismo violento e perpétuo.

O culto à masculinidade, ligada ao medo da homossexualidade e ao temor quanto à feminilização do mito masculino, restringe, tanto para os homens como para as mulheres, mas não em igual proporção, o papel na sociedade ao seu sexo biológico. O homem constrói uma série de traços que representam sua condição masculina, na qual ser homem é não ser mulher, ao mesmo tempo em que a masculinização passa a ser mal vista quando esta ocorre entre mulheres, tanto sobre a perspectiva do

olhar social masculino, como do feminino.

É possível afirmar, segundo Elizabeth Roudinesco (2003), que o gênero passou a ditar regras e normatizar mais firmemente os papéis socioculturais a partir da recrudescência da sociedade burguesa. Mesmo que se possa dizer que o gênero nunca foi universalmente uma categoria social, seus papéis sociais se tornam hierarquicamente importantes com o surgimento da burguesia.

Posteriormente, principalmente a partir da década de 70 do século passado, o avanço dos movimentos feministas propiciou, como uma de suas consequências, a crise da masculinidade: uma sociedade burguesa que construiu boa parte de sua autoimagem na projeção do masculino vê-se tendo que lidar com a saída das mulheres do espaço privado para o público.

A crise da masculinidade se evidenciou, proeminentemente e de forma mais clara, a partir da reflexão masculina (princiada pelo movimento feminista) sobre sua própria participação no patriarcado e a identificação que a violência também atinge o homem através da educação, culminando nas condições laborais comuns aos homens. Para Ana Campos (2007), a violência do homem, portanto, dá-se não só sobre as mulheres (porém, principalmente sobre elas) mas também sobre eles mesmos: a construção do masculino lhes exige supressão de sentimentos, de desejos e necessidades sociais e individuais.

No entendimento da divisão de tempo entre os gêneros masculino e feminino é importante a concepção do tempo como uma construção social (Thompson, 2005), uma representação do modo que pensamos e nos organizamos, constituída por relações sociais. Por esse prisma, o tempo não é neutro, mas sim construído e ajustado à conveniência e domínio de uns sobre outros. Isso retorna à importância do modelo burguês de organização e ao capitalismo, os quais associaram tempo à produção, conferindo valor à este vinculando-o ao trabalho e, por conseguinte, este último à remuneração. Desta forma, a valorização social é inerente a quem disponibiliza seu tempo ao trabalho remunerado, cul-

minando em um processo de desvalorização do espaço de trabalho imposto socialmente à mulher: doméstico, não remunerado e, quando muito, temporário.

O modo de produção capitalista coexiste e aproveita e faz uso de formas não capitalistas de trabalho, ou seja, sem remuneração (PEDRO, 2005). O trabalho doméstico espaço historicamente reservado às mulheres, tem importante e fundamental papel na produção de valores de uso dentro do lar, como no consumo da família e na reprodução da força de trabalho. A mulher tornou-se importante peça produtora e reprodutora da força de trabalho com responsabilidade indireta pelo mais-valia, extremamente necessário ao sistema de capitais. Segundo o historiador Edward Palmer Thompson (2005) em sua leitura sobre as configurações da classe trabalhadora, o processo de atração e retração do trabalho, comum às atividades capitalistas devido à sua constante variação de desempenho, utiliza-se da mulher como um exército reserva de trabalhadores em momentos de expansão. Estas, quando absorvidas pelo mercado de trabalho remunerado, são mais associadas a trabalhos temporários, com menor remuneração. Socialmente, o salário da mulher é, em grande parcela, ainda compreendido como complementar ao do homem. Em momentos de retração econômica, mulheres voltam a ocupar majoritariamente o trabalho doméstico ao mesmo tempo que os homens passam a ocupar trabalhos anteriormente ocupados pelo feminino, devido à sua baixa remuneração.

### Dados da realidade portuguesa e brasileira

Para confecção deste artigo utilizamos uma metodologia de comparativa entre as duas pesquisas principais sobre o uso do tempo com diferenciação de gênero masculino e feminino: o Inquérito da Ocupação do Tempo pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 1999) e a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2002) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Cabe ressaltar que a utilização do levantamento estatístico português foi realizado uma única vez, em 1999, sem ter havido outros inquéritos subsequentes. Tais dados são únicos e ainda usados para corroborar estudos atuais sobre o tema. Para manter justa linearidade e compatibilidade entre os dados, contrapõe-se a realidade portuguesa espelhada pelo INE à PNAD com data mais aproximada. No caso, a de 2001<sup>1</sup>.

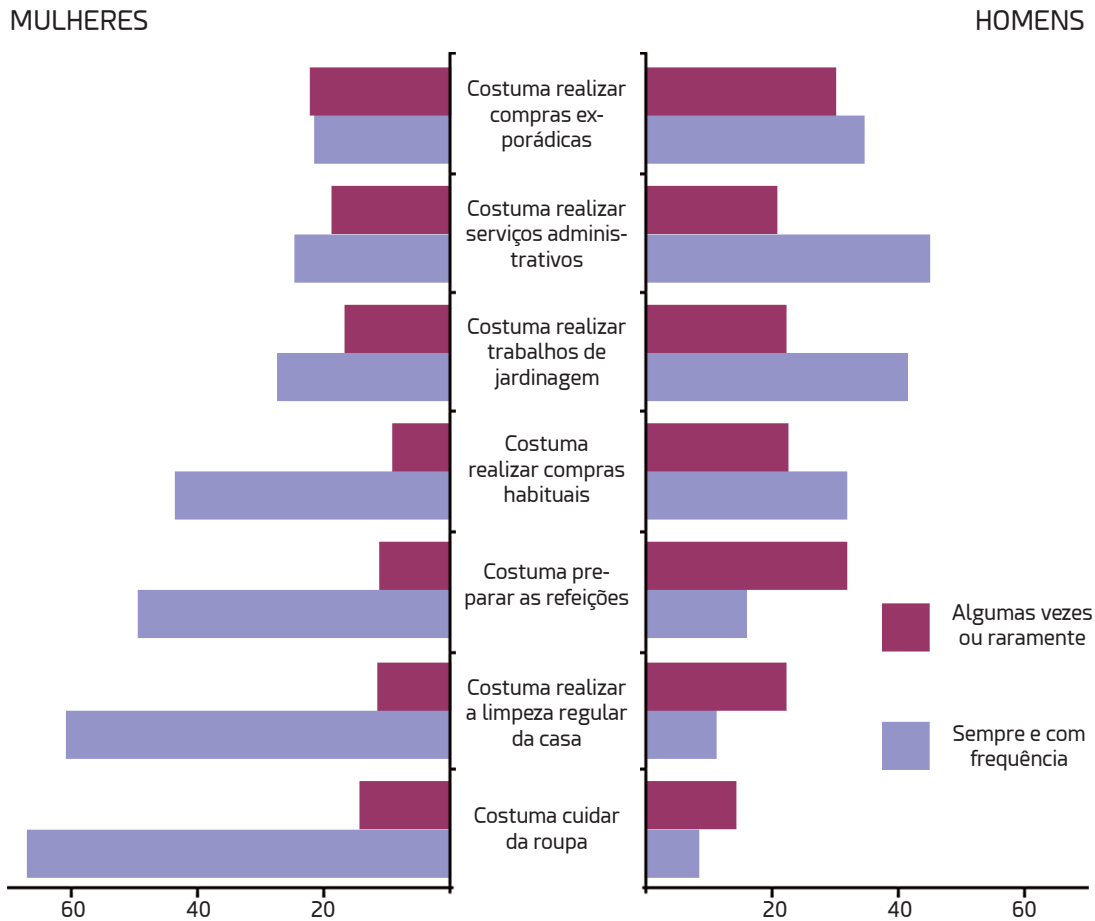
O levantamento do Inquérito da Ocupação do Tempo, executado pelo INE, foi realizado através de recolha de dados com dez mil pessoas, misto entre entrevista direta e preenchimento de um diário em que a população pesquisada registrava todas as atividades ao longo de um dia previamente definido.

Verificou-se, neste estudo, que a mulher executa uma jornada diária, entre trabalho remunerado e não remunerado, de cerca de duas horas a mais por dia em comparação ao homem. Isto significa quatro meses suplementares de trabalho ao ano, evidenciando o estabelecimento de uma relação extremamente desigual quanto às possibilidades da mulher em usufruir das mesmas condições de competição no mercado de trabalho. A conclusão diante dos dados da pesquisa é corroborada pela análise conclusiva feita pelo próprio INE:

*"Regista-se uma diferença de quase 2 horas na jornada de trabalho profissional / trabalhos domésticos entre os homens e as mulheres, valor que sobe ainda mais ao domingo, fixando-se em 2 horas e 49 minutos em desfavor da população feminina. Esta diferença vai quase por inteiro para o lazer. Com efeito, e analisando no contexto da família quem faz o quê e considerando apenas a população empregada, fácil é verificar que as tarefas que suportam a rotina da família são asseguradas pelas mulheres – preparar refeições, efectuar a limpeza da casa, cuidar da roupa e mesmo das compras regulares, são tarefas desempenhadas fundamentalmente pelas mulheres." (INE, 1999, p.5)*

<sup>1</sup> Posteriormente, em 2009, nova PNAD foi publicada abordando o uso do tempo nos mesmos moldes do INE, corroborando os levantamentos transversais sobre a configuração brasileira aqui apresentada. Disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Gráfico 1 – Frequência de realização de tarefas domésticas, pela população empregada.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

É perceptível, mesmo considerando somente a população empregada, que as tarefas administrativas da casa são executadas pelas mulheres, como realizar as compras habituais, preparação das refeições, limpeza geral e cuidados com a roupa. Não obstante, cabe ressaltar que tais afazeres são as que demandam mais tempo para sua execução, ao contrário de compras esporádicas, serviços administrativos e jardinagem, tarefas estas em que a divisão se encontra mais equânime entre os sexos.

Quanto às tarefas realizadas no exterior do espaço do lar, mas relacionadas ao trabalho doméstico por tratarem-se de uma extensão laboral para a organização familiar, é notável que as atividades empenhadas pelas mulheres com a intensidade "sempre" e "com frequência" são quase três vezes superiores ao despendido pelos homens, com exceção da

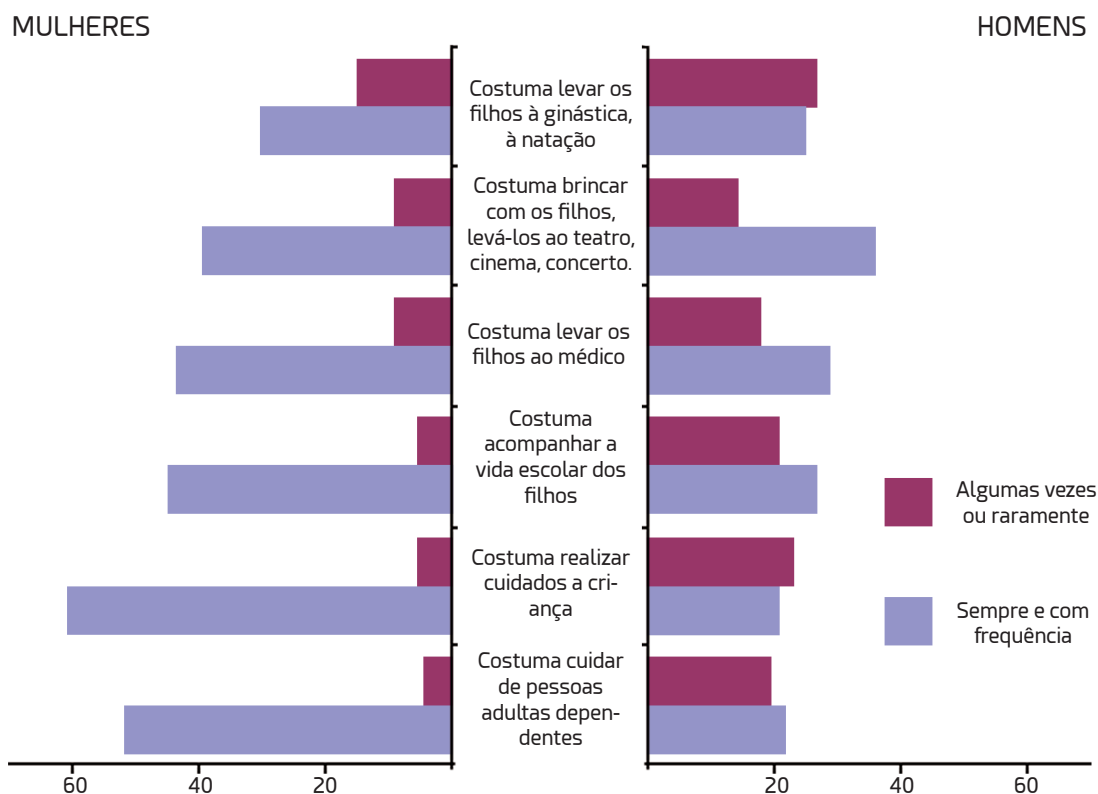
atividade recreativa de brincar com os filhos ou leva-los à escola.

Outro dado interessante a ressaltar está na divisão das tarefas e no tempo despendido mesmo entre aqueles que se encontram sem emprego. A divisão sexual se torna evidente, visto que a mulher cumpre trabalhos domésticos numa proporção três vezes maior que o homem, sendo aproximadamente 6 horas/dia para mulheres e 2 horas/dia para homens. O inverso, proporcionalmente, ocorre com as horas relacionadas ao convívio social e ao lazer em benefício ao masculino.

Nesta mesma pesquisa também constatou-se a reprodução da diferenciação de gênero quanto ao envolvimento no trabalho doméstico: estudantes do sexo feminino comprometem-se quatro vezes mais seu tempo com afazeres de casa em comparação aos estudantes do sexo oposto.



Gráfico 2 – Frequência de realização de cuidados à família, pela população empregada.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Tabela 1 – Duração média das atividades, para a população com 6 ou mais anos, por Condição perante o Trabalho e Sexo.

	Empregado		Desempregado		Estudante		Doméstico		Reformado		Outro Inactivo		Total
	M	F	M	F	M	F	F	M	F	M	F		
<b>CUIDADOS PESSOAIS</b>	10:57	10:45	12:39	11:45	11:50	12:02	11:39	13:05	12:41	12:40	12:36	11:32	
Sono	8:09	8:11	9:05	8:57	9:08	9:13	8:49	10:00	9:49	9:26	9:37	8:45	
Refeições	1:56	1:43	2:10	1:49	1:54	1:57	1:52	2:08	1:51	2:09	1:59	1:54	
Outros cuidados pessoais	0:50	0:50	1:22	0:57	0:47	0:51	0:57	0:57	1:00	1:05	1:00	0:53	
<b>TRABALHO PROFISSIONAL E ESTUDO</b>	7:33	5:53	0:15	0:28	5:09	5:24	0:34	0:36	0:13	0:36	0:10	4:38	
Trabalho profissional	6:42	5:10	0:08	0:11	0:16	0:11	0:31	0:33	0:12	0:02	0:06	3:14	
Estudo e formação	0:08	0:07	0:06	0:08	4:50	5:11	0:00	0:00	0:00	0:26	0:03	1:02	
Trajeco de e para o emprego	0:42	0:35	0:00	0:09	0:01	0:01	0:03	0:02	0:00	0:06	0:01	0:21	
<b>TRABALHO DOMÉSTICO E CUIDADOS A FAMÍLIA</b>	0:54	3:57	2:08	5:58	0:22	1:00	7:21	2:08	5:19	1:26	4:51	2:42	
Trabalhos domésticos	0:20	3:00	0:51	4:16	0:10	0:46	5:50	0:46	4:23	0:35	3:53	1:55	
Compras	0:09	0:17	0:12	0:37	0:06	0:08	0:20	0:18	0:16	0:12	0:24	0:14	
Cuidados às crianças e adultos	0:07	0:27	0:03	0:54	0:01	0:02	0:36	0:07	0:11	0:03	0:21	0:14	
Construção, reparação e manutenção	0:04	0:01	0:16	0:00	0:01	0:00	0:01	0:12	0:00	0:07	0:00	0:03	
Jardinagem, cultivo de hortas e quintais e cuidados a animais	0:10	0:10	0:43	0:11	0:03	0:02	0:32	0:43	0:27	0:27	0:11	0:15	

<b>ATIVIDADES CÍVICAS E DE VOLUNTARIADO</b>	0:09	0:13	0:20	0:49	0:13	0:10	0:33	0:22	0:36	0:08	0:38	0:17
Apoio informal a outras famílias	0:03	0:04	0:08	0:38	0:00	0:01	0:22	0:10	0:15	0:03	0:31	0:07
<b>CONVÍVIO</b>	0:46	0:30	2:03	0:40	0:55	0:58	0:31	1:11	0:53	2:15	0:39	0:47
Convívio	0:43	0:27	1:57	0:40	0:49	0:54	0:31	1:09	0:50	2:12	0:33	0:44
Festas	0:02	0:00	0:05	0:00	0:04	0:02	0:00	0:01	0:00	0:03	0:04	0:02
Conversas ao telefone	0:00	0:01	0:00	0:00	0:01	0:00	0:00	0:00	0:01	0:00	0:01	0:00
<b>LAZER</b>	2:30	1:42	4:50	2:26	3:58	2:53	2:27	5:26	3:24	5:19	3:34	2:52
Saídas	0:10	0:06	0:19	0:09	0:07	0:04	0:15	0:45	0:41	0:27	0:20	0:14
Leitura	0:10	0:07	0:34	0:08	0:05	0:06	0:05	0:23	0:07	0:18	0:03	0:09
Rádio/Música	0:03	0:02	0:08	0:00	0:05	0:06	0:01	0:10	0:04	0:18	0:02	0:04
Televisão e vídeo	1:43	1:17	3:05	1:55	2:13	1:57	1:59	3:12	2:23	2:56	2:45	1:56
Desportos, passatempo e jogos	0:22	0:08	0:42	0:13	1:26	0:37	0:04	0:54	0:07	1:18	0:21	0:27
<b>TRAJECTOS QUE NÃO OS DE E PARA O EMPREGO</b>	1:07	0:55	1:37	1:44	1:28	1:28	0:50	1:05	0:48	1:27	0:28	1:07
<b>ATIVIDADES MAL DEFINIDAS</b>	0:01	0:00	0:04	0:05	0:01	0:01	0:00	0:01	0:01	0:05	0:00	0:01

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Novamente, para não ficar distante nem da pesquisa ocorrida em Portugal, tampouco da realidade dos últimos dados coletados no Brasil, convém utilizar, para efeito de comparação, alguns dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) feita pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2001. A metodologia usada foi a permanência dos pesquisadores no campo somado às seguidas visitas aos domicílios pesquisados.

Tabela 2 – Média de horas semanais aos afazeres domésticos e pessoas que realizam estas atividades, segundo sexo e faixa de anos de estudo. Brasil – 2002.

Sexo e faixa de anos de estudo	Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	Pessoas que cuidavam de afazeres domésticos	
		%	N <sup>os</sup> Abs.
<b>Total geral</b>	<b>21,9</b>	<b>68,1</b>	<b>95551607</b>
<b>Homens</b>			
Sem instrução e menos de 1 ano	12,2	38,8	3.147.143
De 1 a 4 anos	10,7	42,2	8.734.723
De 5 a 8 anos	10,6	46,4	9.011.719
De 9 a 11 anos	10,4	47,9	6.617.623
12 anos e mais	9,1	48,5	2.515.970
Não determinadi e sem declaração	10,6	53,0	219.597
Total	10,6	44,7	30.246.775
<b>Mulheres</b>			
Sem instrução e menos de 1 ano	31,1	88,2	7.502.383
De 1 a 4 anos	28,9	90,7	18.766.488
De 5 a 8 anos	27,2	92,0	18.566.185
De 9 a 11 anos	25,4	90,4	14.797.835
12 anos e mais	20,0	81,3	5.250.893
Não determinado e sem declaração	27,0	93,9	421.048
Total	27,2	89,9	65.304.832

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

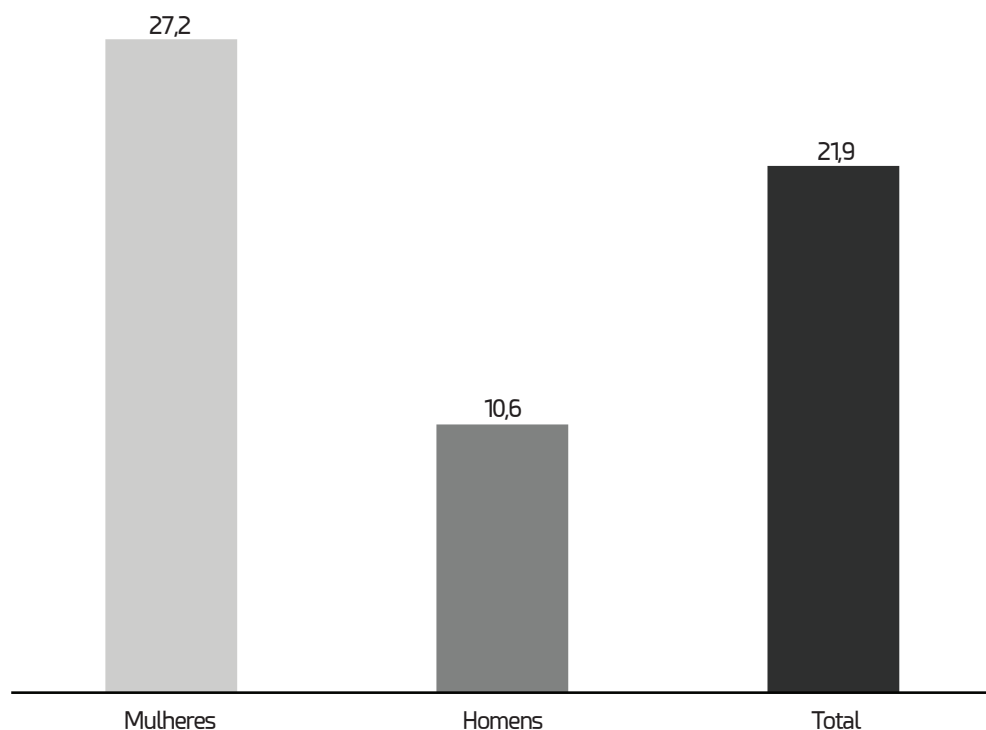


As respostas à pergunta sobre a responsabilidade quanto aos afazeres domésticos, demonstraram uma prevalência do trabalho não remunerado feminino: um total 90% das mulheres se sentem responsáveis por esse serviço, frente a apenas 45% dos homens, demonstrando uma evidente desigualdade

de gênero presente no cotidiano familiar. Em relação ao número de horas, o estudo aponta cerca de 27 horas/semana dispensadas pelas mulheres ante 10 horas dos homens.

Da mesma forma que acontece com a pesquisa de ocupação de tempo em Portugal, há uma seletividade por parte dos homens nas

Gráfico 3 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, por sexo. Brasil - 2002



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

tarefas domésticas por eles executadas. Também entre os brasileiros há clara preferência pelas atividades que não são manuais ou rotineiras, como limpeza e alimentação, em privilégio de tarefas que envolvam manutenção e interseção com o espaço público, como ir ao mercado ou levar esposa e filhos ao médico.

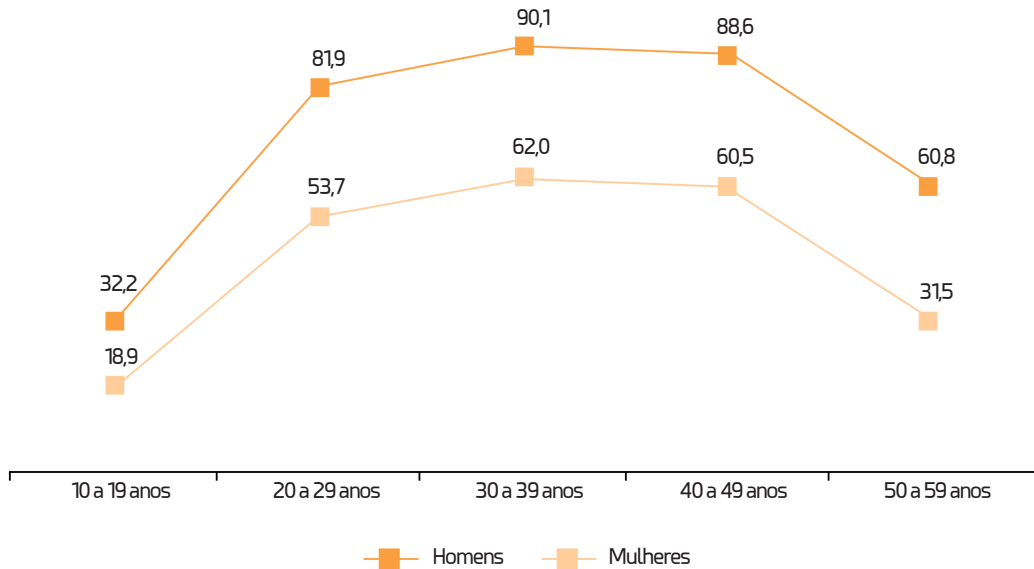
A diferença encontrada no dispêndio de tempo empregado ao trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres relaciona-se diretamente com o nível de ocupação no mercado de trabalho. A maior diferença no uso do tempo entre os sexos situa-se justamente na faixa de idade educacional dos filhos, ou seja, entre o período de nascimento destes últimos até o alcance da sua idade adulta, compreendendo a mulher entre os 20 a 49 anos distanciando-as, através do papel doméstico de cuidar dos filhos, de pleno aces-

so às oportunidades no mercado de trabalho remunerado.

Conforme levantamento feito por Maria Cristina Aranha Bruschini (2007) em seu estudo sobre trabalho e gênero no Brasil, há um percentual significativo na procura de emprego por parte das mulheres: em 2005, mais da metade delas (53%) em idade ativa empregaram seu tempo na procura de ocupação laboral. No mesmo ano, 43,5% dos postos de trabalho eram ocupados pelo sexo feminino. Apesar do notável avanço ao considerarmos o histórico das médias em décadas passadas, existe ainda um enorme abismo frente às taxas masculinas de ocupação.

Um desses abismos relaciona-se com as diferenciações de gênero na educação, que dificulta a inserção da mulher do mercado de trabalho a partir do direcionamento do uso

Gráfico 4 – Proporção percentual da população ocupada, por sexo e grupos de idade. Brasil – 2001.



Fonte: Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados.

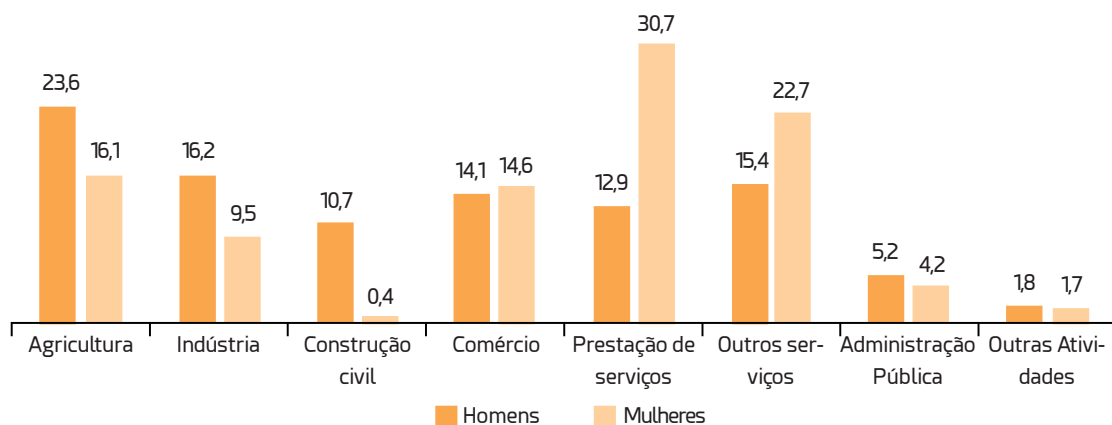
do corpo e comportamento esperado das mulheres, socialmente determinado por certas aptidões desejáveis e imputadas à população feminina, mais especificamente o trato da rotina doméstica que permeia e influi na sua realidade ocupacional dentro do mercado de trabalho.

Conforme levantamento da PNAD de 2002, 53,4% da população feminina empregada concentra-se nas atividades do setor de serviços (“prestação de serviços” e “outros

serviços”). Se acrescentado o percentual feminino que trabalha no comércio, esse contingente chega a quase 70% das mulheres. Quanto à população masculina, percebe-se que esta se distribui mais uniformemente entre os variados ramos de atividade laboral.

A diminuição no tamanho da família também tem papel fundamental na forma com que nos relacionamos com o tempo e, em especial, possui impacto maior na população feminina. Sob este aspecto, convém lembrar

Gráfico 5 – Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e ramos de atividade. Brasil – 2001.



Fonte: Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados.

que a queda na taxa de fertilidade tem relação direta com tempo dedicado ao trabalho não remunerado da mulher visto que, histórica-

mente, tem cabido às mulheres o cuidado dos idosos no âmbito familiar. No entanto, o índice de expectativa de vida demonstra um aumen-

to equânime entre os dois países, não impondo diferença significativa entre estas as duas populações em uma base comparativa.

Sob o espectro da realidade brasileira, convém ressaltar que as transformações demográficas têm ocorrido em um ritmo muito mais acelerado que a média dos países europeus. Nos últimos quarenta anos, por exemplo, a taxa de fertilidade das brasileiras caiu de 6,14 nascimentos por mulher para atuais 1,81 (dados de 2012, Banco Mundial). Para efeito de comparação, no mesmo período de tempo a retração portuguesa foi de 3,23 para 1,28 de nascidos por mulher.

A maior qualificação da mulher encontra similaridade entre as populações brasileira e a portuguesa. Da mesma forma, as escolhas das mulheres continuam sob o seu campo tradicionalmente atuante como educação, saúde e demais humanidades. Quanto à inserção das mulheres brasileiras nas profissões de prestígio social e financeiro usualmente

de poder estabelecidas entre os sexos, que a questão gênero passou a ser tratada mais seriamente, relações tão determinantes como mecanismos de regulação da sociedade.

Essas relações de poder que regem e diferenciam os papéis, direitos, deveres e responsabilidades entre homens e mulheres, deixaram o simplismo da diferença sexual pu-



Nancy Mora



Nancy Mora

ocupados pelos homens, isto vem ocorrendo, mesmo que timidamente, a partir da expansão do ensino superior, seja ele público ou privado. Um forte indicador está no fato dessas profissionais serem mais jovens em todas as profissões consideradas, mas, no entanto, com a também histórica diferença salarial entre os sexos se fazendo presente.

### Conclusão

Foi a partir de meados de 1960, com o fortalecimento do movimento feminista que embasava suas discussões pelas relações

ramente biológica como motor causador de tais representações sociais, trazendo à tona uma grande transversalidade nas relações de dominação presentes na sociedade. Como as interações e as relações entre os diversos agentes e espaços sociais começaram a ser percebidas pela diversidade com a qual se caracterizam, tornou-se imprescindível compreender os sujeitos e as inúmeras variáveis que compõe as distintas identidades, promovendo um olhar mais atento às diferenças de gênero que fazem não só parte da cultura, mas também são instituídos por ela.

Toda e qualquer mudança para a promoção da equidade entre mulheres e homens passa por mudanças estruturais que não inscrevam ou naturalizam um sistema de diferenças. Sob este aspecto, é fundamental o papel da educação no arrefecimento do binarismo dos signos presentes não só nos conceitos masculino e feminino, como também na inclusão de políticas que ajudem a desconstruir a oposição binária entre trabalho pago e o não remunerado, entre trabalho doméstico e produtivo, como também na associação entre sexo

e capacidade laboral, atuantes como ferramentas opressoras, ainda que desiguais, para homens e mulheres.

No que concerne a essas duas populações de mulheres portuguesas e brasileiras, separadas culturalmente, distanciadas geograficamente que estão por um oceano, porém com laços históricos, não há significativa diferença entre o uso do tempo e a perpetuação e reprodução deste modelo de organização social que influencia diretamente o trabalho remunerado e o trabalho não pago. Muito pelo contrário, é possível vislumbrar grandes similaridades entre elas.

As pesquisas evidenciam uma hierarquização do trabalho intelectual em sobreposição ao trabalho manual também dentro das relações do lar: a participação do homem aparece em destaque quanto a assuntos financeiros e administrativos da casa (como exceção, a jardinagem e manutenção do carro). Os demais afazeres como preparar as refeições, pôr a mesa, lavar a louça, limpar a casa, os cuidados com as crianças (vestir, dar banho, alimentar, levar à escola ou ao médico), o cuidado com os idosos e a assistência necessária aos doentes da casa de forma geral ainda recaem sobre a mulher. Este peso tem papel fundamental na disponibilidade de tempo da mulher no mercado de trabalho.

É fato que na vida moderna vem ocorrendo uma aproximação do homem ao trabalho doméstico e da mulher ao mercado de trabalho. Mas, como podemos ver diante dos dados

levantados pelas pesquisas no âmbito social português e brasileiro, esta aproximação não acontece de forma simétrica. Um dos motivos seria a permanência do trabalho doméstico como algo feminizado, entendido como rotineiro, com maior dispêndio de tempo a ser realizada proeminentemente dentro do lar, num processo diametralmente ligado à educação formal e informal mencionada no início deste trabalho, como no caso dos brinquedos e da reprodução escolar. Nota-se que a participação masculina nos trabalhos domésticos tende a ser mais em benefício próprio em contraposição ao da mulher, que socialmente deve prover toda a família. No quesito prestação de cuidados a terceiros, a participação masculina ainda tem caráter pouco rotineiro e mais relacional.

Isto indica que a questão da divisão do trabalho doméstico e não remunerado é de grande importância para o entendimento das assimetrias as quais as mulheres são impostas e decorrentes da diferenciação de gêneros.

Pesquisas mais apuradas e produzidas de forma sequencial fazem-se necessárias, levando-se em conta não só as possíveis mudanças comuns às transições temporais, mas também as diferenças nos espaços preenchidos entre os gêneros nas diversas configurações de trabalho remunerado, relacionando o tempo e as tarefas desempenhadas no âmbito do espaço público que porventura venham a influenciar na organização privada e doméstica entre homens e mulheres.

## Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (1998), "Le corset invisible" entrevista com Catherine Portevin. *Télérama*, n.º 2534, França.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), *A Dominação Masculina*. Editora Celta, Portugal.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (2007), "Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos". *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. .
- CAMPOS, Ana. (2007), "Sexualidades e Feminismo". In Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote.
- DYHOUSE, Carol. (1977), *Good wives and little mothers*. Oxford review of education. Inglaterra.
- DELAMONT, Sara. (1980), *Sex roles and the school*. Methuen & C.ª. Inglaterra.
- DIAS, Isabel. (2007), "Uma Abordagem Feminista dos Maus Tratos às Mulheres". In Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote.
- IBGE. (2001), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística de Portugal. (2000), *O uso do tempo 1999*. Informação à comunicação social.
- PEDRO, Joana Maria. MELLO, Soraia Carolina de. OLIVEIRA, Veridiana Bartelli Vieira de. (2005), "O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Helieth Saffioti e Zuleika Alembert". *História Unisinos*. Volume 9, Porto Alegre. .
- PERISTA, Heloísa. (2007), "A partilha do privado". In Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, D. Quixote, Lisboa.
- PERISTA, Heloísa. (2002), "Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens". *Análise social*.

- D. Quixote, Lisboa.
- RICH, Adrienne. (1980), *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Inglaterra.
- ROUDINESCO, Elizabeth. (2003), *A família em desordem*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- THOMPSON, E.P. (2005), *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras, São Paulo.

Recebido em: 23 de julho de 2014.

Aprovado em: 7 de agosto de 2015